

**A & C REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO &
CONSTITUCIONAL**

a. 17

n. 68

abr./jun. 2017

Editorial.....9

La técnica expropiatoria en el Derecho Urbanístico español: la actualidad de un instituto jurídico clásico

The expropriatory technique in the Spanish Urban Law: the actuality of a classic legal institute

Josep Ramon Fuentes i Gasó..... 11

I	Proemio	12
II	El instituto jurídico de la expropiación	15
III	El procedimiento expropiatorio	17
III.1	El procedimiento expropiatorio general	18
III.1.1	La <i>causa expropriandi</i>	19
III.1.2	La declaración de utilidad pública o interés social.....	20
III.1.2.1	La declaración implícita	20
III.1.2.2	La declaración genérica	22
III.1.3	El acuerdo de necesidad de ocupación	22
III.1.4	La relación de bienes y derechos	23
III.1.5	La determinación del justiprecio	23
III.1.5.1	Los criterios de determinación del justiprecio	24
III.1.5.2	La fijación de la indemnización a través de órganos administrativos especializados.....	27
III.1.6	El pago de la indemnización	31
III.1.7	La toma de posesión.....	31
III.2	El procedimiento expropiatorio urgente	32
IV	Las garantías expropiatorias	33
IV.1	Las garantías formales.....	33
IV.2	Las garantías económicas	35
IV.3	Las garantías sustanciales	36
V	Epílogo.....	37
	Referencias	39

Can you bury ideology? An empirical analysis of the ideal points of the ministers of Brazil's Supremo Tribunal Federal

Pode-se enterrar a ideologia? Uma análise empírica dos pontos ideais dos ministros do Supremo Tribunal Federal do Brasil

Ivar Alberto Hartmann, Alexander Hudson..... 43

1	Introduction	44
2	Theory.....	45
3	Ideal point estimation.....	46
4	Salient cases	55
5	Alternative computational approaches.....	57
6	Conclusions.....	58
	References.....	58

La Contraloría General de la República de Cuba

The General Comptrollership of the Republic

Alcides Antúnez Sánchez, Amed Ramírez Sánchez..... 61

	Prólogo	62
1	Criterios doctrinales acerca del Control Público.....	62

1.1	Algunos criterios doctrinales del control público en América Latina.....	67
2	El control público en Cuba	74
2.1	El proceso revolucionario y la Nacionalización.....	78
2.2	La Oficina Nacional de Auditoría	80
2.3	El Ministerio de Auditoría y Control	82
3	La Contraloría General de la República.....	84
4	Consideraciones finales	89
	Referencias	89

A processualidade ampla e o processo disciplinar, à luz do Novo Código de Processo Civil. Um aporte à teoria processual administrativa

The processuality broad and disciplinary process, the light of new Civil Procedure Code. A contribution to the administrative procedural theory

Sandro Lúcio Dezan, Paulo Afonso Cavichioli Carmona	93	
1	Introdução	94
2	O processo administrativo disciplinar como espécie do gênero processo jurídico. A processualidade jurídica em sentido amplo	96
3	Novo Código de Processo Civil e a sua influência na teoria geral do processo administrativo disciplinar. Um aporte à teoria dos pressupostos processuais, corolário da concepção de processualidade ampla, a abarcar os processos da Administração Pública	109
4	Considerações finais.....	110
	Referências.....	112

Corte Constitucional da Colômbia e os direitos dos casais homossexuais: um passo de cada vez?

Constitutional Court of Colombia and the rights of homosexual couples: one step at a time?

Carlos Alexandre de Azevedo Campos	115	
1	Introdução	116
2	Uma visão geral da jurisprudência ativista da Corte Constitucional colombiana	116
2.1	O controle das práticas políticas e das ações dos poderes Executivo e Legislativo	117
2.2	A promoção dos direitos fundamentais, sociais e econômicos.....	120
3	A Corte Constitucional colombiana e os direitos dos homossexuais	125
3.1	Os primeiros passos da jurisprudência (1991-1997).....	126
3.2	Aumentando a proteção dos indivíduos, não dos casais homossexuais (1998-2005).....	127
3.3	A reação do movimento LGBT: entre o Parlamento e a Corte Constitucional (2006-2010)	128
3.4	A luta contínua pelo "matrimônio gay" e a adoção irrestrita (2011-?)	131
4	Possíveis explicações ao movimento <i>passo a passo</i> da Corte	133
5	Conclusão	136
	Referências	136

A prescrição das ações de ressarcimento ao Estado e o art. 37, §5º da Constituição

The limitation period for filling a case of compensatory damages and the Article 37 §5 of the Constitution

Carlos Ari Sundfeld, Rodrigo Pagani de Souza	139	
1	Introdução	140

2	Danos resultantes de ilícitos de natureza pública e danos comuns	141
3	O art. 37, §5º da CF não prevê imprescritibilidade, mas prescrições diferentes para a sanção e para o ressarcimento	143
4	A posição do STF	147
5	Ação civil pública de ressarcimento de dano comum ao erário prescreve em 5 anos ...	148
	Referências	150

Regulação das faturas de energia elétrica no ambiente de privilégio postal

Regulation of electric energy invoices under postal privilege environment

Sérgio Guerra, Lara Piau	153
1 Do monopólio postal	156
2 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 46: o privilégio postal	158
3 Concessão de serviços públicos	159
4 Distinção entre “carta” e “fatura”	161
5 Função regulatória e o estabelecimento das condições gerais de fornecimento de energia elétrica pela Aneel	162
Conclusão	169
Referências	170

Ministério Público e o mito do “Peter Pan”

Public Prosecutor's Office and the “Peter Pan” myth

Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Gustavo Hermont Corrêa	171
1 Introdução	172
2 Princípio do espelhamento e a criação da Lei de Ofícios	178
3 O MP como “braço da justiça”: o período clássico	183
4 O MP independente: o período ativista	185
5 Por um MP crítico: a hora da responsabilidade	191
6 A responsabilização dos membros do Ministério Público e a sucumbência	198
7 Considerações finais	203
Referências	205

O serviço de táxi é serviço público? Em torno de conceitos e da esquizofrenia no direito administrativo brasileiro

Is the taxi a public service? Around concepts and schizophrenia in the Brazilian administrative law

José Guilherme Giacomuzzi	209
1 Introdução	210
2 Sobre conceitos jurídicos	215
2.1 A importância dos conceitos	215
2.2 Razões normativas e ideologia em torno dos conceitos jurídicos	216
3 O direito brasileiro: a confusão conceitual na jurisprudência e a doutrina	217
3.1 A dogmática do serviço público a partir da CF/88 e o serviço de táxi: a ponta do <i>iceberg</i>	217
3.2 Algumas decisões judiciais: confusão conceitual e sua suposta origem doutrinária	219
4 França	227
4.1 A ideia “mitológica” do <i>service public</i>	227
4.2 O papel do “interesse público” no conceito de <i>service public</i>	228
4.3 E o serviço de táxi na França?	229
5 Estados Unidos da América	230

5.1	O conceito de <i>public utilities</i> no direito norte-americano: um breve olhar comparado.....	230
5.2	E o serviço de táxi nos EUA?	237
6	De volta ao Brasil: explicando a esquizofrenia brasileira.....	239
6.1	O vaivém do pêndulo antes da CF/88.....	239
6.2	E daí? Um pouco mais de confusão.....	246
7	Conclusão	246
	Referências	247

A importância da reforma da Magistratura especializada para a otimização da jurisdição eleitoral

The importance of the refitment of specialized justiceship for electoral jurisdiction's optimization in Brazil

Ana Claudia Santano, Maurício Corrêa de Moura Rezende.....	251
1 Panorama brasileiro da Justiça Eleitoral	252
2 O papel da Magistratura Eleitoral para uma boa jurisdição eleitoral e suas deformações atuais	256
3 Garantias necessárias para uma boa jurisdição eleitoral	259
4 Repensando a Magistratura Eleitoral – Provocações	263
Referências	267

DIRETRIZES PARA AUTORES

AUTHOR GUIDELINES.....	271
Condições para Submissão	
<i>Submission Preparation Checklist</i>	276
Declaração de Direito Autoral	
<i>Copyright Notice</i>	277
Política de Privacidade	
<i>Privacy Statement</i>	277
Política de Ética	
<i>Ethical Policy</i>	278